



ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima e sua Relevância Jurídica

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Fabiano Taylor Alves Fernandes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A discussão sobre mudanças climáticas tem ganhado cada vez mais destaque no cenário internacional, principalmente após encontros globais como a COP 30. Nesse contexto, foram reforçados os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 13, que trata da ação contra a mudança global do clima. Esse objetivo busca conscientizar os países sobre a necessidade de adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus impactos. Tais impactos afetam diretamente o meio ambiente, a economia e a qualidade de vida das pessoas, demonstrando que se trata de um problema global que exige atuação conjunta dos países e da sociedade.

Objetivo

O ODS 13 tem como objetivo principal reduzir os impactos das mudanças climáticas por meio de ações como diminuição da emissão de gases poluentes, criação de políticas públicas e incentivo à educação ambiental.

Segundo o Pacto Contra a Fome, esse objetivo exige medidas imediatas, demonstrando que os efeitos climáticos já impactam diretamente a sociedade e o desenvolvimento dos países.

Material e Métodos

No âmbito jurídico, a proteção ao meio ambiente está prevista na própria Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 225, que estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, conforme informações do Ministério do Meio Ambiente, as conferências climáticas têm o objetivo de coordenar ações internacionais para reduzir os impactos ambientais e estabilizar as emissões de gases de efeito estufa.

Resultados e Discussão

No Brasil, diversas normas tratam da proteção ambiental e podem ser relacionadas ao ODS 13, como:

- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81);
- Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98);
- Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009).

Essas legislações mostram que o país já possui instrumentos jurídicos importantes para enfrentar as mudanças

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



climáticas, porém o grande desafio está na efetividade dessas normas.

Segundo o artigo do PAD, a transição energética deve ser feita de forma justa e inclusiva, considerando os impactos sociais e ambientais, principalmente em países mais vulneráveis.

Além disso, o sucesso das ações climáticas depende diretamente da cooperação internacional e do financiamento adequado para países em desenvolvimento.

Conclusão

Dessa forma, o ODS 13 possui grande relevância ambiental e jurídica, exigindo atuação conjunta entre Estado e sociedade. A efetividade das medidas depende da aplicação das normas e da cooperação internacional, especialmente em eventos como a COP 30.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. COP 30. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/cop-30>>. Acesso em: 15 abr. 2026.
- PACTO CONTRA A FOME. ODS 13 cobra ações urgentes contra a mudança global do clima. Disponível em: <<https://pactocontrafome.org/ods-13-cobra-acoes-urgentes-contra-a-mudanca-global-do-clima/>>. Acesso em: 15 abr. 2026.
- PAD – Plataforma de Ação pelo Desenvolvimento. ODS 13 e 17 revisitados: caminhos e desafios rumo à COP 30. Disponível em: <<https://pad.org.br/index.php/2025/11/04/ods-13-e-17-revisitados-caminhos-e-desafios-rumo-a-cop30/>>. Acesso em: 15 abr. 2026.